

# Sumário

<b>1</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL – Treinamento.....</b>	<b>37</b>
1.	<b>Cabeçalho da peça inicial.....</b>	<b>37</b>
1.	Introdução.....	37
1.1.	Mudança com a reforma trabalhista do ano de 2017.....	38
2.	Estruturação da petição inicial.....	41
3.	Endereçamento.....	42
3.1.	Competência territorial.....	42
3.1.1.	Regra.....	42
3.1.2.	Prestação de serviços em diversos locais.....	43
3.1.3.	Domicílio do autor como elemento definidor de competência.....	44
3.1.4.	Foro do domicílio do autor da ação quando este tiver menos de 18 anos de idade, em caso de falecimento do empregado.....	46
3.1.5.	Cláusula de eleição de foro.....	47
3.1.6.	Exceção de incompetência relativa em razão do lugar.....	47
3.1.6.1.	Prazo.....	47
3.1.6.2.	Suspensão do processo.....	48
3.1.6.3.	Manifestação da parte contrária.....	48
3.1.6.4.	Produção de provas.....	48
3.1.6.5.	Decisão da exceção.....	48
2.	<b>Benefício da justiça gratuita.....</b>	<b>48</b>
1.	Introdução.....	49
2.	Quem tem direito à justiça gratuita?.....	49
2.1.	Empregado que recebe salário inferior ou igual 40% do limite máximo do RGPS.....	49
2.2.	Empregado que recebe salário superior a 40% do limite máximo do RGPS.....	51
3.	Empregador solicitando o benefício da justiça gratuita.....	53
4.	Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita?.....	54
5.	O juiz poderá conceder de ofício o benefício da assistência judiciária gratuita?.....	55
6.	Justiça gratuita x honorários de sucumbência.....	55
6.1.	Impossibilidade de utilização de créditos trabalhistas obtidos no processo para pagamento dos honorários sucumbenciais.....	57
7.	Justiça gratuita x multas processuais x litigância de má-fé.....	59
3.	<b>Requerimentos iniciais.....</b>	<b>63</b>

3.1. Distribuição por dependência – prevenção .....	63
1. Introdução .....	63
2. Interrupção da prescrição .....	65
<b>4. Aspectos materiais e processuais.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1. Responsabilidade da litisconsorte – terceirização lícita .....</b>	<b>66</b>
1. Introdução - Lei 6.019/74.....	66
1.1. Não aplicação da Lei 6.019/74 .....	67
2. Trabalho temporário - Lei 6.019/74.....	67
2.1. Permissão para contratação de trabalhador temporário no âmbito rural .....	69
2.2. Greve e contratação de empregados por meio da Lei 6.019/74.....	69
2.3. Exigência de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.....	69
2.4. Requisitos do contrato cível entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviços.....	70
2.5. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços .....	71
2.6. Proibição de firmar contrato de experiência.....	71
2.7. Novo contrato temporário entre o empregado e o mesmo tomador/contratante .....	71
2.8. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços.....	72
2.9. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços na terceirização ilícita .....	74
2.10. Contrato de trabalho do empregado com a empresa de trabalho temporário .....	75
3. Terceirização em geral (novidade com a Lei 13.429/2017).....	76
3.1. Possibilidade de quarteirização .....	77
3.2. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços .....	77
3.3. Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços.....	77
3.4. Empresa contratante/Tomadora dos serviços.....	78
3.5. Local da prestação de serviços.....	78
3.6. Responsabilidade pelas condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados .....	79
3.7. Responsabilidade da tomadora dos serviços/contratante.....	80
4. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização lícita .....	80
4.2. Isonomia salarial.....	84
5. Responsabilidade do dono da obra.....	84
<b>4.2. Reconhecimento do vínculo de emprego .....</b>	<b>85</b>
1. Introdução .....	85
2. Artigos sobre vínculo de emprego .....	86
3. Requisitos para configurar o vínculo de emprego .....	86
3.1. Pessoa física .....	86
3.2. Pessoaalidade .....	88
3.3. Não eventualidade .....	88
3.4. Onerosidade .....	89
3.5. Subordinação.....	92
3.5.1. Subordinação estrutural.....	92
3.5.1.1. Teletrabalho.....	93

4.	Obrigação de anotar a CTPS.....	94
4.1.	Presunção de veracidade das informações na CTPS .....	99
4.2.	Prazo para anotar a CTPS .....	99
4.3.	Dano moral pela anotação desabonadora na CTPS do empregado .....	101
4.4.	Ausência de registro do empregado – penalidade administrativa .....	107
4.4.1.	Princípio da dupla visita .....	108
5.	Vínculo de emprego e ônus da prova.....	109
5.1.	Defesa de mérito direta.....	109
5.2.	Defesa de mérito indireta .....	109
5.3.	Situações hipotéticas .....	110
6.	Não gera vínculo de emprego .....	113
6.1.	Diarista.....	113
6.2.	Cabeleireiro x Salão de beleza.....	113
6.2.1.	Contratos de parceria nos termos da Lei 12.592/2012.....	113
6.2.2.	Aluguel de cadeira e contrato de parceria .....	115
6.3.	Trabalho eventual.....	116
6.4.	Relação de trabalho voluntário.....	116
6.5.	Cooperados com a cooperativa e tomadores dos serviços.....	117
6.5.1.	Cooperativa de Trabalho.....	119
6.6.	Residência médica .....	120
6.7.	Trabalho em campanhas eleitorais.....	120
6.7.1.	Atividades de direção nos órgãos partidários .....	121
6.8.	Trabalhador autônomo.....	121
6.8.1.	Trabalhador autônomo – Motorista cadastrado em plataforma digital .....	123
6.8.2.	Trabalhador autônomo – Advogado associado e outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF).....	132
6.9.	Estágio.....	134
6.9.1.	Conceito .....	134
6.9.2.	Finalidade do estágio.....	134
6.9.3.	Ausência de vínculo de emprego .....	134
6.9.4.	Possibilidade de configurar vínculo de emprego.....	135
6.9.5.	Jornada de atividade .....	135
6.9.6.	Pagamento do estágio.....	136
6.9.7.	Recesso .....	136
6.9.8.	Duração do estágio .....	136
6.10.	Transportador Autônomo de Cargas – TAC.....	136
6.11.	Padres, pastores e equivalentes com entidades religiosas .....	138
<b>4.3.</b>	<b>Saldo de salário .....</b>	<b>138</b>
1.	Introdução.....	138
<b>4.4.</b>	<b>Aviso prévio indenizado.....</b>	<b>139</b>
1.	Cabimento do aviso prévio .....	139
2.	Prazo do aviso prévio.....	141
3.	Contagem do aviso prévio.....	143

4.	Se o empregado foi demitido sem justa causa em 15.09.2011 e trabalhou 2 anos e 1 mês, ele tem direito a 36 dias de aviso prévio? .....	143
5.	O aviso proporcional é aplicado quando o empregado pede demissão? .....	143
5.1.	Aviso prévio trabalhado na dispensa sem justa causa .....	144
6.	Jornada de trabalho de quem está cumprindo aviso prévio trabalhado .....	146
7.	Como é que se calcula o aviso prévio .....	146
8.	Justa causa x aviso prévio .....	147
9.	Aviso prévio x estabilidade no emprego.....	148
10.	Negociação coletiva x aviso prévio.....	149
<b>4.5.</b>	<b>Décimo terceiro salário proporcional (10/12) .....</b>	<b>150</b>
1.	Introdução .....	150
2.	Data de pagamento .....	150
3.	Pagamento do 13º salário .....	150
4.	Adiantamento .....	151
5.	Quando é devido o 13º salário?.....	151
6.	Negociação coletiva X 13º salário .....	153
<b>4.6.</b>	<b>Férias vencidas em dobro acrescidas de 1/3 .....</b>	<b>153</b>
<b>4.7.</b>	<b>Férias vencidas simples acrescidas de 1/3.....</b>	<b>153</b>
<b>4.8.</b>	<b>Férias proporcionais acrescidas de 1/3 .....</b>	<b>153</b>
1.	Introdução .....	154
2.	Duração das férias .....	154
3.	Não será considerada falta ao serviço.....	155
4.	Não terá direito a férias .....	156
5.	Aquisição do direito .....	159
5.1.	Serviço militar obrigatório .....	159
6.	Concessão, gozo e fracionamento das férias.....	159
7.	Pagamento das férias.....	161
8.	Não concessão de férias no período concessivo – pagamento em dobro.....	162
8.1.	Pagamento das férias fora do prazo legal .....	162
8.2.	Empregador que convoca o empregado de férias para trabalhar – Dobra das férias devida.....	162
9.	Cessação do contrato de trabalho .....	163
10.	Abono de férias .....	165
10.1.	Imposição do abono pecuniário de férias pelo empregador.....	165
11.	Culpa recíproca para o fim do contrato .....	167
12.	Férias x Negociação coletiva .....	168
13.	Férias coletivas .....	168
<b>4.9.</b>	<b>Horas extras .....</b>	<b>169</b>
1.	Introdução .....	169
2.	Tempo � disposição do empregador .....	169
3.	Horas de sobreaviso   prontidão   reserva .....	170

3.1. Sobreaviso.....	171
3.2. Prontidão .....	171
3.3. Reserva.....	172
3.4. Tempo de espera do motorista.....	172
3.5. Horas <i>in itinere</i> .....	173
3.6. Acidente do trabalho no percurso – Casa/ Trabalho – Trabalho / Casa.....	174
3.6.1. Acidente de trajeto do empregado que possui dois empregos.....	175
3.6.2. Desvio da rota casa / trabalho .....	175
3.6.3. Ônus da prova na alegação do desvio de rota .....	177
3.6.4. Consequências para o empregador em decorrência do acidente de trajeto.....	177
3.6.4.1. Abertura da CAT.....	177
3.6.4.2. Não pode demitir sem justa causa em razão da estabilidade acidentária...	177
3.6.4.2.1. Pressupostos da estabilidade acidentária.....	178
3.6.5. Validade do pedido de demissão .....	178
3.6.6. Dispensa por justa causa.....	180
3.6.7. Obrigação de recolher o FGTS 8% .....	180
3.6.8. Responsabilidade Civil.....	182
3.6.8.1. Acidente de trajeto em veículo próprio.....	182
3.6.8.1.1. Exceção – Responsabilidade do empregador .....	183
3.6.8.2. Acidente de trajeto em veículo fornecido pelo empregador.....	185
3.6.8.3. Acidente de trajeto nos casos de cortesia (carona).....	189
4. Quantidade de horas normais trabalhadas por dia e por semana .....	190
4.1. Turno ininterrupto de revezamento.....	192
4.2. Jornada de trabalho do bancário.....	194
4.3. Trabalho em regime de tempo parcial.....	195
5. Quantidade de horas extras permitidas por dia.....	196
5.1. Jornada 12 x 36 .....	197
5.2. Horas extras em área insalubre.....	201
6. Pagamento das horas extras.....	201
6.1. Pagamento em dinheiro.....	201
6.2. Base de cálculo das horas extras.....	202
6.3. Reflexos das horas extras.....	203
6.4. Pagamento com folgas compensatórias.....	204
7. Pré-contratação de horas extras .....	206
8. Supressão das horas extras.....	208
9. Cartão de ponto.....	208
9.1. Faculdade de pré-anotação dos períodos de repouso/intervalo .....	210
9.2. Consequências da não exibição em juízo do cartão de ponto.....	212
9.3. Cartão de ponto uniforme   Britânico .....	212
9.4. Cartão de ponto por exceção .....	212
9.5. Exibição parcial em juízo do cartão de ponto.....	213
9.6. Variações de horários no registro de ponto .....	214
9.7. Validade dos cartões de ponto sem assinatura .....	215
9.8. Quem não precisa do controle de ponto .....	216
9.8.1. Empregados enquadrados no art. 62 da CLT.....	216

9.8.1.1.	Trabalhador que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho .....	216
9.8.1.2.	Função de confiança .....	218
9.8.1.2.1.	Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência ...	221
9.8.1.3.	Teletrabalho.....	222
9.8.1.4.	Estabelecimentos que possuam até 20 empregados.....	223
<b>4.10.</b>	<b>Trabalho aos domingos.....</b>	<b>224</b>
1.	Introdução.....	224
2.	Trabalho aos domingos .....	225
2.1.	Trabalho aos domingos pela mulher.....	225
3.	Feriados .....	229
<b>4.11.</b>	<b>Adicional noturno .....</b>	<b>230</b>
1.	Hora noturna – empregado urbano.....	230
2.	Hora noturna – empregado doméstico .....	231
3.	Hora noturna diferenciada.....	232
3.1.	Hora noturna – bancários .....	232
3.2.	Hora noturna – rural.....	232
3.3.	Hora noturna – petroleiros .....	232
3.4.	Hora noturna – advogados.....	233
4.	Reflexos das horas noturnas.....	233
<b>4.12.</b>	<b>Horas intrajornadas.....</b>	<b>234</b>
1.	Introdução.....	234
2.	Pré-assinalação do intervalo intrajornada no cartão de ponto .....	234
3.	Intervalo no início da jornada – impossibilidade .....	235
4.	Intervalo concedido no fim da jornada – impossibilidade.....	236
5.	Redução do intervalo para refeição .....	236
5.1.	Redução .....	236
5.1.1.	Com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.....	236
5.1.2.	Com autorização por meio de acordo ou convenção coletiva .....	237
5.2.	Fracionamento do intervalo para refeição .....	237
6.	Intervalos não computados na jornada de trabalho.....	237
6.1.	Exceção .....	237
7.	Intervalo não concedido.....	238
8.	Intervalos diferenciados .....	240
9.	Intervalos não previstos em lei.....	241
<b>4.13.</b>	<b>Horas interjornadas.....</b>	<b>241</b>
1.	Introdução.....	241
<b>4.14.</b>	<b>FGTS 8% depositado pelo empregador.....</b>	<b>242</b>
1.	Introdução.....	243
2.	Alíquotas e pagamento .....	243
2.1.	Recolhimento do fgts na conta do empregado – integração ao salário.....	244

3. Não incide o FGTS sobre férias indenizadas .....	245
4. Afastamento do empregado do emprego – suspensão contratual .....	245
5. Atualização do FGTS .....	247
6. FGTS do doméstico .....	247
7. Ônus da prova dos depósitos do FGTS .....	248
8. Saque do FGTS pelo empregado .....	248
9. Outros artigos da Lei 8.036/90 .....	251
9.1. Penhora do FGTS .....	251
9.2. Transação da estabilidade decenal para o FGTS .....	253
9.3. Multa prevista no art. 22 da Lei nº 8.036/90 .....	254
10. Prescrição do FGTS .....	255
11. Negociação coletiva x FGTS .....	255
<b>4.15. Auxílio-alimentação .....</b>	<b>255</b>
1. Remuneração do empregado .....	256
1.1. Gorjetas .....	256
1.1.1. Não servem de base de cálculo .....	256
1.1.2. Servem de base de cálculo .....	257
1.1.3. Verbas equiparadas .....	257
1.1.3.1. Direito de arena .....	258
1.1.3.2. Gueltas .....	258
1.2. Salário .....	259
1.2.1. Prazo para pagamento do salário .....	259
1.2.1.1. Negociação por meio de norma coletiva .....	260
1.2.1.2. Sábado dia útil para pagamento de salário .....	260
1.2.1.3. Data de pagamento do salário do empregado doméstico .....	261
1.2.2. Salário in natura .....	261
1.2.2.1. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> .....	261
1.2.2.2. Comprovante de pagamento do salário .....	263
1.2.2.2.1. Recibo .....	263
1.2.2.2.2. Recibo sem assinatura .....	263
1.2.2.2.3. Pagamento em cheque .....	264
1.2.2.2.4. Ônus da prova do pagamento extrafolha   “por fora” .....	264
1.2.2.2.5. Não será salário in natura pelo art. 458, § 2º, da CLT .....	265
1.2.2.3. Valor da utilidade .....	266
1.2.3. Espécies de salário .....	266
1.2.3.1. Salário mínimo .....	267
1.2.3.2. Salário profissional .....	267
1.2.3.3. Piso salarial .....	267
1.2.3.4. Salário normativo .....	268
1.2.3.5. Comissões e percentagens .....	268
1.2.3.5.1. Época de pagamento das comissões .....	268
1.2.3.5.1.1. Fato gerador .....	268
1.2.3.5.1.2. Data de pagamento .....	270
1.2.3.5.1.3. Estorno das comissões .....	270
1.2.3.5.1.4. Cláusula <i>star del credere</i> .....	272
1.2.3.5.2. Horas extras do comissionista .....	273

1.2.3.6.	Salário complessivo .....	276
1.2.3.7.	Salário-substituição .....	277
1.2.4.	Parcelas salariais .....	282
1.2.4.1.	Gratificações legais e de função .....	282
1.2.4.2.	Quebra de caixa .....	283
1.2.4.3.	Reflexo nas verbas trabalhistas .....	284
1.2.5.	Parcelas não salariais .....	284
1.2.5.1.	Salário-família .....	284
1.2.5.2.	Abono do PIS .....	285
1.2.5.3.	Ajuda de custo .....	286
1.2.5.4.	Diárias para viagem .....	287
1.2.5.5.	Participação nos lucros .....	287
1.2.5.6.	Alimentação do trabalhador .....	288
1.2.5.7.	Vale-transporte .....	289
1.2.5.7.1.	Quem utiliza veículo próprio deve receber vale-transporte? .....	291
1.2.5.8.	Direito de imagem .....	292
1.2.5.9.	Stock options .....	297
1.2.5.10.	Prêmios .....	299
1.2.5.11.	Abonos .....	299
1.2.5.12.	Fornecimento/manutenção de equipamentos e reembolso de despesas ....	299
1.2.6.	Pagamento do salário em moeda nacional .....	299
1.2.7.	Proibição do truck system .....	300
<b>4.16.</b>	<b>Multa de 40% sobre o FGTS .....</b>	<b>301</b>
1.	Introdução .....	301
2.	Multa de 20% do FGTS .....	301
2.1.	Nos casos de culpa recíproca ou força maior .....	301
2.2.	Nos casos de distrato .....	302
3.	Aposentadoria espontânea e multa do FGTS .....	302
4.	Multa do FGTS do doméstico .....	302
5.	Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS .....	303
6.	Negociação coletiva x multa do FGTS .....	304
<b>4.17.</b>	<b>Seguro-desemprego .....</b>	<b>304</b>
1.	Introdução .....	304
2.	Requisitos para receber o seguro-desemprego .....	305
3.	Número de parcelas .....	306
4.	Indenização equivalente paga pelo empregador .....	307
5.	Negociação coletiva x seguro-desemprego .....	307
<b>4.18.</b>	<b>Multa do § 8º do art. 477 da CLT .....</b>	<b>307</b>
1.	Introdução .....	307
2.	Valor da multa .....	310
3.	Indenização por danos morais – ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias .....	311
4.	Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pessoa jurídica de direito público .....	314
5.	Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reversão da justa causa em juízo .....	314
6.	Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reconhecimento judicial de vínculo de emprego .....	316



7. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS .....	317
8. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: parcelamento de verbas rescisórias.....	319
9. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: rescisão indireta.....	324
10. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: atraso na homologação – pagamento no prazo legal....	326
11. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: diferenças rescisórias reconhecidas em juízo .....	333
12. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa antes da demissão do empregado .....	337
12.1. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado .....	337
12.2. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado – efeito retroativo da decisão judicial que decretou a falência.....	338
13. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: empresa em recuperação judicial.....	339
14. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: complemento do pagamento de verbas rescisórias fora do prazo legal.....	340
15. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: morte do empregado .....	342
16. Base de cálculo da multa .....	345
<b>4.19. Restabelecimento do plano de saúde .....</b>	<b>345</b>
1. Introdução.....	346
2. Manutenção de plano de saúde no afastamento pelo INSS .....	347
3. Direito de manter o plano de saúde caso seja demitido sem justa causa.....	349
4. Indenização por danos morais pelo cancelamento do plano de saúde .....	350
5. Manutenção do plano de saúde após a demissão.....	352
5.1. Contribuição .....	352
5.2. Coparticipação.....	353
5.3. Requisitos para manutenção do plano de saúde.....	353
5.4. Prazo.....	354
5.4.1. Prazo mínimo para o empregado continuar com o plano de saúde .....	354
5.4.2. Prazo máximo para o empregado demitido imotivadamente continuar com o plano de saúde.....	354
5.4.3. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com 10 ou mais anos para o plano de saúde.....	354
5.4.4. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com menos de 10 anos para o plano de saúde.....	354
5.4.5. Perde as condições do plano o empregado que conseguir novo emprego .....	354
5.4.6. Dever de ser informado sobre o direito de optar pelo plano de saúde .....	355
<b>4.20. Devolução de descontos indevidos – contribuições sociais .....</b>	<b>355</b>
1. Introdução.....	355
2. Contribuição sindical.....	355
2.1. Sujeitos passivos da contribuição .....	356
2.2. Valor da contribuição pelos empregados .....	356
2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo.....	356
3. Contribuição confederativa .....	358
4. Contribuição assistencial.....	359
<b>4.1. Devolução de descontos indevidos.....</b>	<b>359</b>

1.	Introdução.....	360
2.	Descontos permitidos.....	360
2.1.	Desconto de INSS – Cota-parte do empregado.....	360
2.2.	Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado.....	361
2.3.	Desconto referente ao empréstimo consignado.....	361
2.3.1.	Danos morais.....	362
2.3.1.1.	Danos morais pelo desconto da totalidade do saldo devedor na rescisão contratual.....	364
2.3.1.2.	Danos morais pelo desconto do valor do empréstimo e não repasse para a instituição financeira.....	364
2.4.	Desconto referente ao custeio do vale-transporte.....	365
2.4.1.	Desconto no salário do empregado – Alíquota de 6% – Fornecimento de transporte pelo empregador – veículo próprio ou de terceiros.....	366
2.5.	Desconto referente ao custeio da alimentação.....	366
2.6.	Desconto no salário por ato culposo do empregado.....	367
2.7.	Desconto no salário por ato doloso do empregado.....	368
2.8.	Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador.....	368
3.	Valor do desconto no salário.....	369
4.	Descontos não permitidos.....	369
4.1.	Descontos por penalidade de multa.....	369
4.2.	Contribuição sindical, confederativa, assistencial e outras.....	369
4.2.1.	Contribuição Sindical.....	370
4.2.1.1.	Sujeitos passivos da contribuição.....	370
4.2.1.2.	Valor da contribuição pelos empregados.....	370
4.2.1.3.	Notificação pessoal do sujeito passivo.....	370
4.2.2.	Contribuição confederativa.....	372
4.2.3.	Contribuição assistencial.....	373
4.3.	Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa.....	374
<b>4.22.</b>	<b>Adicional de insalubridade.....</b>	<b>375</b>
1.	Introdução.....	376
2.	Atividade insalubre.....	376
2.1.	Atividades que não geram o direito ao percentual de insalubridade.....	386
2.1.1.	Quem está manuseando produtos de limpeza de uso doméstico.....	386
2.1.2.	Simplex umidade.....	388
2.1.3.	Contato com jovens infratores no centro de atendimento socioeducativo.....	389
2.1.4.	Peso excessivo não gera insalubridade.....	390
2.1.5.	As atividades dos vendedores farmacêuticos.....	391
2.1.6.	A visita em residência pelo agente comunitário de saúde.....	392
2.1.7.	Contato com cimento.....	394
2.1.8.	Trabalho a céu aberto.....	395
2.1.9.	Atividade com utilização constante de fones de ouvido.....	396
2.1.10.	Atividade de atendente em creche.....	397
3.	Proibição de trabalhar em área insalubre.....	397
3.1.	Trabalhador com menos de 18 anos.....	397
3.2.	Empregada gestante.....	398

3.3. Empregado que trabalha realizando horas extras .....	399
4. O recebimento do adicional não gera direito adquirido .....	399
4.1. Fornecimento de EPI pela empresa .....	400
5. Cumulação com adicional de periculosidade .....	401
6. Bases para cálculo do adicional de insalubridade .....	404
7. Base de cálculo para as horas extras .....	410
8. Empregado que trabalhar com mais de um agente insalubre não pode cumular os percentuais da insalubridade .....	410
9. Agente insalubre diverso do apontado na inicial .....	411
<b>4.23. Adicional de periculosidade .....</b>	<b>411</b>
1. Introdução .....	412
2. Periculosidade segundo a jurisprudência do TST .....	414
3. Não tem direito ao adicional de periculosidade .....	422
3.1. Quem está em contato eventual com explosivos, inflamáveis ou demais agentes .....	422
3.2. Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo .....	423
3.3. Vigia .....	423
3.4. Quem está de sobreaviso .....	424
3.5. O acompanhamento de abastecimento pelo motorista .....	424
3.6. O trabalho em recinto fechado com inflamáveis em recipiente inferior a 250 litros .....	425
3.7. O armazenamento de líquido inflamável em tanques que estão situados em construção anexa .....	426
3.8. Veículos com inflamáveis presentes nos tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares .....	428
4. Cumulação com adicional de insalubridade .....	428
5. Bases para cálculo .....	430
<b>4.24. Acúmulo de função .....</b>	<b>432</b>
1. Acúmulo de funções ≠ equiparação salarial ≠ desvio de função .....	433
2. Acúmulo de função .....	434
2.1. Análise de casos práticos .....	436
2.1.1. Bancário x transporte de valores .....	436
2.1.2. Motorista x cobrador de ônibus .....	437
3. Desvio de função .....	439
<b>4.25. Equiparação salarial .....</b>	<b>439</b>
1. Introdução .....	440
2. Requisitos .....	441
2.1. Identidade de função .....	441
2.1.1. Função ≠ tarefa .....	441
2.1.2. Cabe equiparação de trabalho intelectual .....	441
2.2. Identidade de empregador .....	442
2.3. Simultaneidade .....	443
2.4. Tempo de serviço e na função .....	443
2.5. Inexistência de quadro de carreira e plano de cargos e salários .....	443

2.6. Paradigma não pode ser readaptado.....	444
2.7. Mesma perfeição técnica .....	444
3. Decisão judicial e paradigma remoto .....	445
4. Vantagem pessoal.....	445
5. Multa por conduta discriminatória.....	446
6. Cessão de empregados.....	447
7. Equiparação no serviço público .....	447
8. Prescrição.....	448
9. Ônus da prova.....	448
10. Equiparação por equivalência.....	449
<b>4.26. Responsabilidade civil do empregador.....</b>	<b>449</b>
1. Mapa da responsabilidade civil .....	450
2. Elementos da responsabilidade civil.....	451
3. Responsabilidade subjetiva .....	451
3.1. Conduta humana – culpa ou dolo.....	451
3.1.1. Comportamento positivo.....	451
3.1.2. Comportamento negativo.....	451
3.2. Danos .....	451
3.2.1. Danos materiais.....	452
3.2.1.1. Dano emergente .....	452
3.2.1.2. Lucro cessante.....	453
3.2.2. Dano moral.....	453
3.2.2.1. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral .....	454
3.2.2.2. Alguns exemplos de atos que geram danos morais .....	455
3.2.2.2.1. Exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais.....	455
3.2.2.2.2. Humilhações no contrato de trabalho – agressões verbais .....	456
3.2.2.2.3. Acusação de furto .....	458
3.2.2.2.4. Atribuição de apelidos pejorativos .....	460
3.2.2.2.5. Atraso reiterado no pagamento de salários .....	460
3.2.2.2.6. Monitoramento de e-mail pessoal .....	463
3.2.2.2.7. Revista íntima em pessoas .....	463
3.2.2.2.8. Acidente de trabalho.....	467
3.2.2.2.8.1. Obrigação de emitir a CAT .....	468
3.2.2.2.8.1.1. Prazo para emitir a CAT .....	470
3.2.2.2.8.1.2. Objetivo da CAT .....	470
3.2.2.2.8.1.3. CAT deve ser aberta mesmo sem a incapacidade laborativa .....	470
3.2.2.2.8.1.4. CAT deve ser aberta mesmo nos casos de suspeita de doenças ocupacionais.....	471
3.2.2.2.8.1.5. Consequências pela não emissão da CAT .....	472
3.2.2.2.8.1.6. Emissão da CAT.....	474
3.2.2.2.8.1.7. Emissão da CAT gera aumento da contribuição previdenciária.....	475
3.2.2.2.8.1.8. CAT X NTEP - Nexo técnico epidemiológico .....	475
3.2.2.2.8.1.9. Ausência de CAT X Estabilidade .....	475
3.2.2.2.9. Assédio moral.....	476

3.2.2.2.10. Promessa de contratação frustrada.....	478
3.2.2.2.11. Dispensa discriminatória.....	480
3.2.2.2.11.1. Dispensa discriminatória no Direito do Trabalho segundo a legislação e a jurisprudência.....	481
3.2.2.2.11.2. Rol exemplificativo do art. 1º da Lei 9.029/95.....	481
3.2.2.2.11.3. Exemplos de dispensa discriminatória segundo o TST.....	483
3.2.2.2.11.4. Exemplos de dispensa que não são discriminatórias segundo a jurisprudência.....	509
3.2.2.2.11.5. Pedido de reintegração nos casos dispensa discriminatória.	515
3.2.2.2.11.6. Ônus da prova na dispensa discriminatória.....	517
3.2.2.2.12. Prejuízo de afeição.....	517
3.2.2.2.12.1. Conceito.....	517
3.2.2.2.12.2. Cabimento.....	517
3.2.2.2.12.3. Legitimidade para solicitar o dano.....	518
3.2.2.2.13. Registro do atestado médico na CTPS.....	522
3.2.2.2.13.1. Recusa do atestado médico emitido por médicos não conveniados.....	529
3.2.2.2.14. Limbo previdenciário.....	531
3.2.2.2.15. Apropriação indébita previdenciária.....	534
3.2.2.2.16. Ócio remunerado.....	536
3.2.2.3. Alguns exemplos de atos que não geram danos morais.....	537
3.2.2.3.1. Direito de imagem - uso de uniforme com logomarcas de fornecedores e propaganda de produtos.....	537
3.2.2.3.2. Revista em pertences de empregados de modos moderados.....	538
3.2.2.3.3. Ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias.....	541
3.2.2.3.3.1. Atraso do último salário.....	544
3.2.2.3.4. Monitoramento de e-mail corporativo.....	544
3.2.2.4. Arbitramento do valor do dano moral.....	545
3.2.2.5. Cumulação do dano moral e do dano material.....	547
3.2.3. Dano estético.....	547
3.2.3.1. Cumulação do dano moral e do dano estético.....	548
3.3. Nexo causal.....	549
3.4. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho.....	550
3.4.1. Introdução.....	551
3.4.2. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	551
3.4.3. Conceitos importantes da LGPD.....	553
3.4.4. Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais.....	554
3.4.5. Bases de tratamento de dados na LGPD.....	554
3.4.6. Princípio da LGPD.....	555
3.4.7. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho.....	556
4. Responsabilidade objetiva.....	557
<b>4.27. Reintegração – pessoa com deficiência.....</b>	<b>558</b>
1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada.....	559
<b>4.28. Reintegração no emprego – estabilidade acidentária.....</b>	<b>559</b>
1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada.....	559
<b>4.29. Reintegração no emprego – estabilidade gravídica.....</b>	<b>559</b>

1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....	560
<b>4.30. Reintegração no emprego – estabilidade do dirigente sindical.....</b>	<b>560</b>
1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....	560
<b>4.31. Indenização substitutiva da reintegração.....</b>	<b>560</b>
1. Introdução.....	561
2. Estabilidade.....	561
2.1. Estabilidade decenal.....	561
2.2. Estabilidade do servidor público celetista.....	562
2.2.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF).....	563
2.2.2. Empregados de conselho regional – Ausência de estabilidade.....	565
2.2.3. Ausência de garantia de emprego nos contratos nulos com a Administração Pública.....	566
3. Estabilidade provisória .....	568
3.1. Estabilidade acidentária.....	568
3.1.1. Conceito de acidente do trabalho .....	568
3.1.1.1. Acidente típico.....	568
3.1.1.2. Doenças ocupacionais .....	569
3.1.2. Pressupostos da estabilidade acidentária.....	571
3.1.2.1. Concausa x estabilidade .....	573
3.1.3. Acidente no contrato de experiência.....	574
3.1.4. Acidente no curso do aviso prévio indenizado.....	574
3.1.5. Estabilidade provisória x encerramento das atividades da empresa .....	575
3.1.6. Segundo emprego x Estabilidade acidentária .....	576
3.1.7. Necessidade de inquérito judicial .....	576
3.2. Dirigente sindical.....	577
3.2.1. Dirigentes das Centrais Sindicais.....	577
3.2.2. Registro do sindicato .....	578
3.2.3. Comunicação do empregador .....	579
3.2.4. Limitação ao número de dirigente e suplentes.....	579
3.2.5. Categoria diferenciada .....	580
3.2.6. Extinção da empresa.....	581
3.2.7. Registro da candidatura no aviso prévio.....	581
3.2.8. Transferência do empregado .....	582
3.2.9. Necessidade de inquérito judicial para despedida por justa causa.....	582
3.2.10. Quem não tem estabilidade .....	583
3.2.10.1. Membro do Conselho Fiscal.....	583
3.2.10.2. Delegado sindical .....	583
3.2.10.3. Quem foi contratado para exercer função de confiança .....	583
3.3. Cipeiro .....	584
3.3.1. Representante do empregador na CIPA possui estabilidade? .....	584
3.3.2. Suplente possui estabilidade? .....	585
3.3.3. Extinção do estabelecimento.....	585
3.3.4. Possibilidades de demissão do empregado cipeiro.....	586
3.3.5. Necessidade de inquérito judicial .....	587
3.4. Empregada gestante.....	587

3.4.1.	Desconhecimento do estado gravídico .....	588
3.4.2.	Garantia de emprego no contrato de experiência.....	590
3.4.2.1.	Garantia de emprego temporário regido pela Lei 6.019/74.....	591
3.4.2.2.	Garantia de emprego nos cargos em comissão.....	591
3.4.3.	Renúncia ou transação .....	593
3.4.4.	Fechamento da empresa.....	593
3.4.5.	Novo emprego após a demissão x estabilidade .....	594
3.4.6.	Mulher ou homem adotante – guarda provisória.....	595
3.4.7.	Aborto espontâneo x estabilidade.....	597
3.4.8.	Pedido de demissão x estabilidade .....	598
3.4.9.	Concepção ocorrida antes do início do contrato.....	600
3.4.10.	Estabilidade para quem detiver guarda do filho em caso de falecimento da genitora .....	602
3.4.11.	Necessidade de inquérito judicial? .....	602
3.4.12.	Período pré-eleitoral x estabilidade provisória .....	603
3.5.	Estabilidade do diretor de cooperativa .....	604
3.5.1.	O suplente do diretor de cooperativa tem estabilidade?.....	604
3.5.2.	Necessidade de inquérito judicial? .....	605
3.6.	Outras estabilidades provisórias no emprego.....	606
3.6.1.	Representante dos empregados no conselho curador do FGTS .....	606
3.6.2.	Representante dos empregados no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS .....	606
3.6.3.	Empregados de empresas que aderirem ao PSE – Programa Seguro-Emprego .....	606
3.6.4.	Representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia.....	608
3.6.5.	Empregado reabilitado e empregado com deficiência .....	608
3.6.5.1	Danos morais coletivos pela ausência de cumprimento da cota de PDC.....	609
3.6.6.	Comissão de representantes dos empregados .....	613
4.	Reintegração dos empregados demitidos.....	614
5.	Prazo para ajuizamento da ação .....	617
6.	Pedido de demissão do empregado estável .....	618
7.	Tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....	619
<b>4.32.</b>	<b>Salário-família .....</b>	<b>619</b>
1.	Introdução.....	620
<b>4.33.</b>	<b>Do pedido.....</b>	<b>620</b>
<b>4.34.</b>	<b>Formas de rescisão do contrato de trabalho .....</b>	<b>621</b>
1.	Despedida sem justa causa.....	621
1.1.	Recontratação do empregado demitido .....	621
1.2.	Impossibilidade de demissão sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base da categoria.....	623
1.3.	Verbas devidas na dispensa sem justa causa .....	624
2.	Pedido de demissão.....	625
2.1.	Cláusula de permanência .....	625
2.2.	Conversão do pedido de demissão em rescisão indireta.....	628
2.3.	Pedido de demissão X Estabilidade no emprego.....	631
2.4.	Verbas devidas no pedido de demissão .....	632

3.	Despedida com justa causa .....	632
3.1.	Ônus da prova na dispensa por justa causa .....	634
3.2.	Elementos da justa causa .....	634
3.2.1.	Imediatividade.....	635
3.2.2.	Perdão tácito.....	636
3.2.3.	Non bis in idem.....	637
3.2.4.	Ausência de discriminação.....	638
3.2.5.	Gradação da penalidade.....	639
3.2.6.	Relação entre a falta e o trabalho.....	640
3.2.7.	Gravidade.....	640
3.3.	Comunicação do motivo da justa causa.....	641
3.4.	Hipóteses de justa causa .....	642
3.4.1.	Ato de improbidade.....	642
3.4.2.	Incontinência de conduta ou mau procedimento .....	646
3.4.3.	Negociação habitual.....	647
3.4.4.	Condenação criminal.....	648
3.4.5.	Desídia.....	649
3.4.6.	Embriaguez.....	650
3.4.7.	Violação de segredo da empresa.....	652
3.4.8.	Indisciplina e insubordinação .....	653
3.4.9.	Abandono de emprego.....	654
3.4.9.1.	Publicação em jornal .....	654
3.4.10.	Ato lesivo da honra ou da boa fama e ofensas físicas.....	658
3.4.11.	Prática constante de jogos de azar .....	659
3.4.12.	Perda da habilitação profissional.....	659
3.4.13.	Declaração falsa para recebimento do vale-transporte ou o uso indevido gera justa causa?.....	660
3.5.	Justa causa no curso do auxílio-doença.....	661
3.6.	Procedimento interno x justa causa .....	663
3.7.	Greve e justa causa.....	665
3.8.	Pagamento da rescisão na justa causa.....	665
3.9.	Verbas devidas na dispensa por justa causa.....	665
3.10.	Reversão da justa causa .....	666
3.10.1.	Pedidos na reversão da Justa causa.....	667
4.	Término do contrato a termo (prazo determinado).....	670
4.1.	Verbas devidas .....	670
5.	Rescisão indireta do contrato de trabalho .....	670
5.1.	Hipóteses de rescisão indireta.....	671
5.1.1.	Serviços superiores às suas forças.....	671
5.1.2.	Rigor excessivo .....	672
5.1.3.	Perigo manifesto de mal considerável.....	674
5.1.4.	Não cumprir o contrato de trabalho .....	674
5.1.4.1.	Mora salarial reiterada.....	674
5.1.4.2.	Ausência de depósitos do FGTS.....	675
5.1.5.	Ato lesivo da honra e boa fama.....	676
5.1.6.	Agressão física.....	677
5.1.7.	Redução do trabalho.....	677



5.2. Nos casos de rescisão indireta, o empregado precisa continuar trabalhando após o protocolo da ação? .....	677
5.3. Verbas devidas na rescisão indireta do contrato de trabalho .....	678
6. Aposentadoria espontânea .....	679
6.1. Verbas devidas .....	680
7. <i>Factum principis</i> .....	681
7.1. Verbas devidas .....	681
8. Extinção da empresa .....	682
8.1. Verbas devidas .....	682
9. Dispensa coletiva.....	683
9.1. Verbas devidas .....	685
10. Culpa recíproca.....	685
10.1. Verbas devidas .....	686
11. Distrato – acordo entre empregado e empregador .....	687
11.1. Verbas devidas .....	688
12. Plano de demissão voluntária ou incentivada .....	689
12.1. Verbas devidas .....	691
13. Rescisão do contrato por força maior.....	692
13.1. Verbas devidas .....	693
<b>2 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – Treinamento .....</b>	<b>695</b>
1. Fundamento legal.....	695
2. Introdução.....	695
3. Cabimento.....	695
4. Ação de consignação – justa causa x ação de anulação de justa causa procedente = multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	696
5. Pagamento de custas processuais .....	696
6. Protocolo da ação .....	697
7. Depósito do valor ou coisa.....	697
<b>1. Cabeçalho da ação de consignação .....</b>	<b>697</b>
<b>2. Mérito .....</b>	<b>697</b>
2.1. Do contrato de trabalho .....	697
2.2. Das verbas rescisórias.....	697
2.3. Aviso prévio .....	698
2.4. Saldo de salário .....	698
2.5. 13.º salário.....	698
2.6. Férias +1/3.....	698

2.7. FGTS e seguro-desemprego .....	698
2.8. CTPS e celular .....	698
3. Pedido .....	698
<b>3 INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE – Treinamento .....</b>	<b>701</b>
1. Introdução .....	701
2. Prazo para ajuizamento do inquérito .....	701
3. Garantias de emprego que necessitam de inquérito judicial para rescindir o contrato por falta grave .....	703
4. Empregados portadores de estabilidade que não precisam do inquérito judicial para serem desligados por justa causa .....	704
5. Ajuizamento da ação para empregados que não necessitam de inquérito para serem dispensado por justa causa .....	707
6. Requisitos da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave .....	707
7. Consequências pela improcedência da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave .....	708
1. Cabeçalho da ação de inquérito para apuração de falta grave .....	709
2. Mérito .....	709
2.1. Do contrato de trabalho .....	709
3. Do interesse processual .....	709
4. Da tempestividade do inquérito .....	710
5. Do pedido .....	710
<b>4 CONTESTAÇÃO – Treinamento .....</b>	<b>711</b>
1. Cabeçalho da contestação .....	711
1. Introdução .....	711
2. Estruturação da contestação .....	712
3. Preliminares .....	712
3.1. Incompetência absoluta – contribuições previdenciárias .....	712
3.2. Inépcia da petição inicial – ausência de pedido .....	712
3.3. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – indenização por danos morais ....	713
3.4. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – sobreaviso .....	713
3.5. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir e pedido .....	713
1. Preliminares .....	713
1. Introdução .....	713
1.1. Inexistência ou nulidade da citação .....	714
1.2. Incompetência absoluta .....	715
1.2.1. Competência absoluta em razão da matéria e da pessoa .....	717

1.2.1.1.	Competência da justiça do trabalho .....	717
1.2.1.1.1.	Relação de trabalho.....	717
1.2.1.1.2.	Relação de emprego.....	717
1.2.1.1.3.	Entes de direito público externo .....	717
1.2.1.1.4.	Empresas que decretaram falência .....	719
1.2.1.1.5.	A justiça do trabalho não terá competência para analisar os seguintes processos .....	720
1.2.1.1.5.1.	Servidor público estatutário X Administração Pública.....	720
1.2.1.1.5.1.1.	Exceção – Competência da justiça do trabalho .....	720
1.2.1.1.6.	Ação criminal .....	722
1.2.1.1.7.	Ação de cobrança de honorários advocatícios contratuais.....	722
1.2.1.1.8.	Ações contra o organismo internacional .....	725
1.2.1.1.9.	Ações de complementação de aposentadoria.....	725
1.2.1.1.9.1.	Exceção – Competência da justiça do trabalho .....	727
1.2.1.1.10.	Ações para autorização para participação de crianças e adolescentes em eventos artísticos.....	727
1.2.1.1.11.	Ações que versam sobre o labor realizado pelo presidiário no cumprimento da pena.....	727
1.2.1.1.12.	Dissídios coletivos de servidores celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público .....	728
1.2.1.1.13.	Ação civil pública para implementação de políticas públicas para erradicação do trabalho infantil.....	729
1.2.1.1.14.	Ação Civil Pública para impor obrigação de não-fazer consistente na vedação ao Estado de firmar contrato de cogestão do sistema prisional estadual com empresa privada.....	729
1.2.1.2.	Ações que envolvam exercício do direito de greve .....	730
1.2.1.3.	Ações sindicais.....	731
1.2.1.4.	Ações de mandados de segurança, habeas corpus e habeas data.....	733
1.2.1.5.	Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista .....	734
1.2.1.6.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial .....	735
1.2.1.7.	Ações relativas às penalidades administrativas .....	736
1.2.1.8.	Execução das contribuições sociais .....	737
1.2.1.8.1.	Execução do INSS do pacto laboral.....	737
1.2.1.8.2.	Execução do INSS - SAT - Seguro de Acidente de Trabalho .....	740
1.2.1.8.3.	Execução do INSS de terceiros – Incompetência da Justiça do Trabalho .....	740
1.2.1.9.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho .....	741
1.2.1.9.1.	Ações sobre cadastramento no PIS.....	741
1.2.1.9.2.	Ações sobre quadro de carreira.....	741
1.2.1.9.3.	Ações sobre seguro-desemprego.....	742
1.2.1.9.4.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial .....	742
1.2.1.9.5.	Direito Desportivo.....	744
1.3.	Impugnação do valor da causa .....	745
1.4.	Inépcia da petição inicial.....	746
1.4.1.	Quando na peça inicial faltar pedido ou causa de pedir .....	746
1.4.2.	Quando o pedido for indeterminado.....	747
1.4.3.	Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão .....	747
1.4.4.	Quando a ação contiver pedidos incompatíveis entre si .....	747

1.5. Perempção trabalhista - Sanção processual: 6 meses sem propor qualquer ação.....	748
1.6. Litispêndência e coisa julgada.....	750
1.6.1. Litispêndência – ação individual X coletiva.....	750
1.7. Conexão e continência.....	751
1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização .....	752
1.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual .....	753
1.9.1. Interesse processual .....	754
1.9.2. Legitimidade das partes .....	754
1.9.2.1. Legitimidade do espólio.....	755
1.9.2.1.1. Representação do espólio em juízo.....	758
1.10. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar .....	760
1.11. Convenção de arbitragem.....	761
<b>3. Prejudicial de mérito .....</b>	<b>762</b>
<b>3.1. Prescrição bienal.....</b>	<b>762</b>
<b>3.2. Prescrição quinquenal parcial.....</b>	<b>762</b>
<b>3.3. Prescrição quinquenal total – alteração do contrato de trabalho.....</b>	<b>762</b>
1. Conceito.....	762
2. Momento de arguição da prescrição.....	763
2.1. Prescrição de ofício no processo de conhecimento .....	766
3. Contagem do prazo prescricional .....	767
3.1. Início do prazo do dano pós-contratual.....	768
3.2. Termo final da prescrição que recai em dia não útil - prorrogação para o próximo dia útil	770
4. Prazos prescicionais.....	771
4.1. Prescrição bienal total.....	771
4.1.1. Ônus da alegação da prescrição é do empregador.....	772
4.1.2. Nulidade do aviso prévio influencia no início da contagem do prazo da prescri-	
ção.....	773
4.2. Prescrição quinquenal parcial.....	774
4.2.1. Prescrição do FGTS.....	775
4.3. Prescrição quinquenal total.....	777
4.4. Prescrição – empregado doméstico .....	778
5. Prescrição nas ações de danos morais por acidente do trabalho .....	778
5.1. Regra .....	778
5.2. Exceção .....	783
6. Causas que interferem na contagem do prazo da prescrição .....	785
6.1. Causa impeditiva da prescrição.....	785
6.1.1. Empregado com menos de 18 anos.....	785
6.1.2. Herdeiro com menos de 18 anos de idade.....	785
6.2. Causa suspensiva da prescrição .....	786
6.3. Causa interruptiva da prescrição.....	787
7. Outros temas sobre prescrição .....	789
7.1. Prescrição intercorrente.....	789

7.2. OJ 401 da SDI-1 do TST .....	790
7.3. Prescrição do empregado aposentado por invalidez ou afastado pelo auxílio-doença.....	790
7.4. Prescrição em ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.....	791
7.5. Prescrição das férias .....	792
<b>4. Defesa de mérito .....</b>	<b>793</b>
<b>4.1. Gerente geral de agência bancária .....</b>	<b>793</b>
1. Introdução.....	794
2. Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência.....	795
3. Direito ao pagamento em dobro do RSR e feriados .....	795
<b>4.2. Ausência de estabilidade do delegado sindical .....</b>	<b>795</b>
1. Introdução.....	796
<b>4.3. Equiparação salarial – paradigma readaptado .....</b>	<b>796</b>
1. Introdução.....	796
<b>4.4. Férias .....</b>	<b>797</b>
1. Introdução.....	797
<b>4.5. Estabilidade provisória do suplente de diretor de cooperativa.....</b>	<b>798</b>
1. Introdução.....	798
<b>4.6. Horas extras – trabalho externo.....</b>	<b>799</b>
1. Introdução.....	799
<b>4.7. Férias – afastamento pelo INSS superior a 6 meses.....</b>	<b>800</b>
1. Introdução.....	800
<b>4.8. Equiparação salarial .....</b>	<b>801</b>
1. Introdução.....	801
<b>4.9. Vale-transporte .....</b>	<b>802</b>
1. Introdução.....	802
<b>4.10. Danos morais – revista íntima em pertences – indevido.....</b>	<b>803</b>
1. Introdução.....	803
<b>4.11. Danos morais – assédio moral.....</b>	<b>804</b>
1. Introdução.....	804
<b>4.12. Hora extra – turno ininterrupto de revezamento .....</b>	<b>805</b>
1. Introdução.....	805
<b>4.13. Hora extra – gerente geral de agência bancária .....</b>	<b>806</b>
1. Introdução.....	807

<b>4.14. Equiparação salarial .....</b>	<b>807</b>
1. Introdução .....	808
<b>4.15. Adicional de transferência .....</b>	<b>808</b>
1. Introdução .....	808
2. Possibilidade de alteração .....	809
3. Transferência provisória por necessidade de serviço .....	810
3.1. Valor do adicional e duração do adicional .....	810
3.2. Quem tem direito .....	811
4. Quem não pode ser transferido .....	811
5. Direito de resistência .....	812
6. Despesas decorrentes da transferência .....	813
7. Transferência ao exterior .....	813
<b>4.16. Devolução de desconto indevido .....</b>	<b>814</b>
1. Introdução .....	814
2. Descontos permitidos .....	814
2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado .....	815
2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado .....	815
2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado .....	816
2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte .....	816
2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação .....	817
2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado .....	817
2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado .....	818
2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador .....	818
3. Valor do desconto no salário .....	819
4. Descontos não permitidos .....	819
4.1. Desconto por penalidade de multa .....	819
4.2. Contribuição sindical .....	820
4.2.1. Sujeitos passivos da contribuição .....	820
4.2.2. Valor da contribuição pelos empregados .....	820
4.2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo .....	820
4.3. Contribuição confederativa .....	821
4.4. Contribuição assistencial .....	821
4.5. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa .....	822
<b>4.17. Multa do art. 477 da CLT .....</b>	<b>823</b>
1. Introdução .....	823
<b>4.18. Multa do art. 467 da CLT .....</b>	<b>824</b>
1. Introdução .....	824
2. Finalidade da multa .....	824
3. Requisitos para incidir a multa .....	825
4. Contestação genérica .....	826

5. Incidência da multa sobre as seguintes verbas .....	827
6. Não incidência da multa sobre o FGTS 8% .....	829
7. Incidência nos casos de revelia .....	830
8. Não incidência nos casos de rescisão indireta .....	831
9. Não incidência nos casos de pedido de reversão da justa causa .....	833
10. Não incidência nos casos de pedido de reconhecimento de vínculo .....	835
11. Empresas que não pagam a multa mesmo as verbas estando incontroversas .....	835
12. Aplicação da multa do art. 467 da CLT de ofício pelo magistrado .....	837
13. Pedido da multa do art. 467 da CLT de forma ilíquida .....	839
<b>4.19. Periculosidade .....</b>	<b>841</b>
1. Introdução .....	841
<b>4.20. Reintegração .....</b>	<b>842</b>
1. Introdução .....	842
<b>4.21. Hora extra com adicional de 50% .....</b>	<b>843</b>
1. Introdução .....	844
<b>4.22. Vale-transporte .....</b>	<b>844</b>
1. Introdução .....	845
<b>4.23. Vale-cultura – integração no salário .....</b>	<b>845</b>
1. Introdução .....	845
<b>4.24. Atestado Médico .....</b>	<b>845</b>
1. Atestado médico .....	846
1.1. Conceito .....	846
1.2. Prazo para entrega do atestado .....	847
1.3. Uso indevido do atestado .....	847
1.4. Recusa do atestado médico .....	850
1.5. Impossibilidade de registro do atestado médico na CTPS .....	853
1.6. Atestado médico falso x justa causa .....	860
1.7. Atestado médico rasurado   adulterado x justa causa .....	862
1.8. Impossibilidade de recusa do atestado médico pela ausência do CID .....	863
2. Atestado de comparecimento .....	866
2.1. Conceito .....	866
2.2. Esse atestado abona falta do empregado .....	866
3. Atestado de acompanhamento .....	866
3.1. Conceito .....	866
3.2. Abono da falta .....	867
<b>5. Reconvenção .....</b>	<b>869</b>
1. Introdução .....	869
<b>6. Requerimento final .....</b>	<b>873</b>

<b>5</b>	<b>RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento.....</b>	<b>875</b>
1.	Conceito.....	875
2.	Princípios.....	875
2.1.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	875
2.2.	Primazia do julgamento do mérito .....	876
3.	Juízo de admissibilidade do recurso .....	878
3.1.	1º juízo de admissibilidade.....	878
3.2.	Juízo de admissibilidade .....	878
3.2.1.	Poderes do relator.....	878
4.	Pressupostos recursais genéricos.....	879
4.1.	Pressupostos intrínsecos – subjetivos .....	879
4.1.1.	Legitimidade para recorrer .....	879
4.1.2.	Interesse recursal.....	879
4.1.3.	Capacidade.....	879
4.2.	Extrínsecos ou objetivos .....	879
4.2.1.	Preparo .....	879
4.2.1.1.	Custas.....	880
4.2.2.	Depósito recursal .....	880
4.2.2.1.	Quem pode pagar 50% do valor do depósito recursal .....	881
4.2.2.2.	Substituição do depósito recursal .....	881
4.2.2.2.1.	Acréscimo de 30%.....	884
4.2.2.3.	Forma de pagamento do depósito recursal.....	886
4.2.2.4.	Limite do depósito recursal .....	886
4.2.2.5.	Aproveitamento do depósito recursal.....	886
4.2.3.	Isentos do pagamento do preparo .....	886
4.2.3.1.	Ministério Público do Trabalho .....	887
4.2.3.2.	Massa falida e a empresa em recuperação judicial.....	887
4.2.3.3.	Entidades fiscalizadoras do exercício profissional.....	888
4.2.3.4.	Beneficiários da justiça gratuita.....	888
4.2.3.5.	Quem tem direito à justiça gratuita?.....	889
4.2.3.5.1.	Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita?.....	889
4.2.3.5.2.	Prazo para pagamento do preparo.....	890
4.2.4.	Recurso feito por advogado.....	891
4.2.5.	Tempestividade .....	891
4.2.5.1.	Regra dos prazos.....	891
4.2.5.2.	Exceção .....	891
4.2.5.2.1.	Embargos de declaração – 5 dias .....	891
4.2.5.2.2.	Pedido de revisão do valor da causa – 48 horas.....	891
4.2.5.2.3.	Recurso extraordinário – 15 dias.....	892
4.2.5.3.	Início do prazo recursal.....	892
4.2.5.3.1.	Início da contagem do prazo .....	892
4.2.5.3.2.	Intimação ou publicação na sexta.....	892
4.2.5.3.3.	Intimação no sábado .....	893
4.2.5.3.4.	Publicação eletrônica.....	893
4.2.5.3.5.	Intimações por meio eletrônico em portal próprio.....	893
4.2.5.3.6.	Suspensão do prazo recursal .....	893



4.2.5.3.7. Interrupção do prazo recursal.....	894
4.2.5.3.8. Prazo em dobro.....	894
4.2.5.3.8.1. Não possui prazo em dobro.....	894
5. Efeitos dos recursos.....	895
5.1. Devolutivo.....	895
5.2. Suspensivo.....	895
6. Recurso adesivo.....	896
7. Recurso ordinário.....	896
7.1. Hipóteses de cabimento.....	896
7.1.1. Hipótese 01.....	896
7.1.2. Hipótese 02.....	896
7.1.3. Hipótese 03.....	897
7.1.4. Hipótese 04.....	897
7.1.5. Hipótese 05.....	897
<b>1. Peça de interposição.....</b>	<b>898</b>
<b>2. Razões do recurso ordinário.....</b>	<b>898</b>
<b>3. Requisitos de admissibilidade.....</b>	<b>899</b>
<b>4. Preliminares.....</b>	<b>899</b>
<b>4.1. De cerceamento do direito de defesa.....</b>	<b>899</b>
1. Introdução.....	899
2. Protesto em audiência.....	900
3. Indeferimento da oitiva de testemunha por ausência de documento de identidade.....	901
4. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário.....	902
5. Alegações de prescrição em contrarrazões.....	903
<b>4.2. Incompetência absoluta.....</b>	<b>904</b>
1. Introdução.....	904
<b>5. Prejudicial de mérito.....</b>	<b>905</b>
<b>5.1. Prescrição quinquenal.....</b>	<b>905</b>
1. Introdução.....	905
<b>6. Mérito.....</b>	<b>906</b>
<b>6.1. Hora extra.....</b>	<b>906</b>
1. Introdução.....	906
<b>6.2. Complementação de aposentadoria – alteração.....</b>	<b>906</b>
1. Introdução.....	907
2. Alteração do regulamento da empresa.....	907
3. Competência do juiz do trabalho para processar e julgar as ações de complementação de aposentadoria.....	908

3.1. Competência da justiça do trabalho – paga diretamente pelo empregador .....	908
3.2. Competência da justiça comum – paga pela entidade de previdência privada.....	908
<b>6.3. Diferença da prontidão .....</b>	<b>909</b>
1. Introdução.....	909
<b>6.4. Aplicação do art. 940 do CC .....</b>	<b>910</b>
1. Introdução.....	910
<b>6.5. Prescrição de ofício.....</b>	<b>913</b>
1. Introdução.....	913
<b>6.6. Adicional de insalubridade .....</b>	<b>914</b>
1. Introdução.....	915
2. Agente insalubre diverso do apontado na inicial.....	915
<b>6.7. Anotação de dispensa na CTPS .....</b>	<b>916</b>
1. Introdução.....	916
2. Baixa na CTPS e projeção do aviso prévio indenizado .....	916
<b>6.8. Dano moral – revista íntima .....</b>	<b>917</b>
1. Introdução.....	918
2. Revista efetuada em pertences do empregado.....	919
<b>6.9. Juros e correção monetária .....</b>	<b>920</b>
1. Introdução.....	920
2. Princípio da extrapetição (pedido implícito) .....	921
3. Juros de mora e correção monetária.....	922
<b>6.10. Revelia e confissão quanto à matéria de fato .....</b>	<b>922</b>
1. Introdução.....	922
2. Revelia.....	922
3. Confissão ficta.....	923
4. Carta de preposto.....	924
5. Atraso na audiência das partes – tolerância? .....	926
5.1. Algumas considerações sobre o sistema de precedentes.....	928
<b>6.11. Responsabilidade subsidiária da segunda ré.....</b>	<b>932</b>
1. Introdução.....	933
<b>6.12. Adicional de insalubridade .....</b>	<b>933</b>
1. Introdução.....	934
<b>6.13. Correção monetária dos salários .....</b>	<b>935</b>
1. Introdução.....	936
2. Alteração da data de pagamento do salário.....	936
3. Índice utilizado para atualização.....	936

6.14. Hora intrajornada.....	938
1. Introdução.....	939
2. Intervalo não concedido.....	939
7. Do pedido.....	939
<b>6 CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento.....</b>	<b>941</b>
1. Introdução.....	941
2. Prazo .....	941
3. Juízo competente para receber as contrarrazões .....	941
1. Peça de interposição .....	941
2. Razões.....	942
3. Requerimentos preliminares.....	942
3.1. Intempestividade do recurso.....	942
3.2. Cerceamento do direito de defesa.....	942
1. Introdução.....	943
2. Prova pericial – indeferimento.....	943
3. Prova testemunhal – indeferimento .....	944
4. Cerceamento de defesa.....	946
5. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário .....	946
4. Mérito .....	947
4.1. Categoria diferenciada – diferenças salariais.....	947
1. Introdução.....	947
2. Definição do enquadramento sindical x aplicação de normas coletivas.....	948
3. Estabilidade x categoria diferenciada .....	950
4.2. Hora extra .....	950
1. Introdução.....	950
4.3. Salário <i>in natura</i> .....	950
1. Introdução.....	951
2. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> .....	951
4.4. Diária para viagem .....	951
1. Introdução.....	952
4.5. Equiparação salarial .....	952
1. Introdução.....	952
5. Requerimentos finais .....	953

<b>7</b>	<b>EMBARGOS À EXECUÇÃO – Treinamento .....</b>	<b>955</b>
	1. Introdução.....	955
<b>1.</b>	<b>Cabeçalho .....</b>	<b>956</b>
<b>2.</b>	<b>Tempestividade e garantia da execução.....</b>	<b>956</b>
<b>3.</b>	<b>Teses de defesa.....</b>	<b>956</b>
	<b>3.1. Prescrição intercorrente .....</b>	<b>956</b>
	1. Introdução.....	956
	<b>3.2. Bem de família .....</b>	<b>957</b>
	1. Introdução.....	957
	2. Penhora de vaga de garagem.....	959
	3. Imóvel locado para terceiro .....	959
	4. Momento para arguir a impenhorabilidade do bem de família.....	960
	<b>3.3. Correção monetária.....</b>	<b>961</b>
	1. Introdução.....	961
	2. Momento de aplicação da correção monetária – verbas trabalhistas.....	963
	3. Momento de aplicação da atualização monetária no dano moral.....	964
	4. Juros de mora.....	964
	<b>3.4. Multa do art. 523, § 1º do CPC .....</b>	<b>964</b>
	1. Introdução.....	965
<b>4.</b>	<b>Do pedido .....</b>	<b>966</b>
	1. Introdução.....	966
	2. Fonte subsidiária .....	966
	2.1. Multa do art. 523 do CPC.....	967
	3. Títulos executivos.....	967
	4. Início da execução.....	967
	5. Liquidação de sentença.....	968
	5.1. Métodos .....	968
	5.2. Respeito a coisa julgada .....	968
	5.3. Aplicação de correção monetária .....	968
	5.4. Aplicação de juros .....	971
	5.5. Manifestação das partes.....	971
	5.5.1. Cabimento do Mandado de Segurança.....	972
	5.6. Cálculos complexos.....	973
	6. Mandado de penhora.....	973
	6.1. Citação na execução .....	973
	6.2. Requisitos da citação .....	973
	6.3. Modo da citação.....	973
	7. Meios indiretos de execução.....	973

8. Meio direto de execução.....	975
8.1. Penhora.....	975
8.1.1. Penhora nos bens do sócio .....	976
8.1.1.1. Conceito de desconsideração da personalidade jurídica .....	976
8.1.1.2. Consequência da desconsideração da personalidade jurídica .....	976
8.1.1.3. Previsão legal .....	976
8.1.1.4. Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica .....	977
8.1.1.4.1. Primeiro deve ser instaurado um incidente, a requerimento da parte ou do Ministério Público .....	977
8.1.1.4.2. O incidente vai ocorrer nos próprios autos do Processo Judicial em que foi suscitado.....	977
8.1.1.4.3. Demonstração que a pessoa jurídica não possui bens suficientes para o pagamento da dívida .....	978
8.1.1.4.4. Citação do sócio para apresentar defesa .....	980
8.1.1.4.5. Suspensão do processo principal .....	981
8.1.1.4.6. Instrução processual do incidente .....	981
8.1.1.4.7. Decisão e recurso .....	981
8.1.1.4.8. Ausência de desconsideração e penhora de bens do sócio.....	982
8.1.1.5. Sócio oculto.....	983
8.1.1.5.1. Responsabilidade pelas dívidas trabalhistas do sócio oculto .....	984
8.1.1.5.2. Ônus da prova da condição de sócio oculto.....	985
8.1.1.5.3. Programa para o juízo da execução achar o sócio oculto.....	985
8.1.1.5.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	986
8.1.2. Penhora nos bens do sócio retirante .....	987
8.1.3. Ordem de preferência na penhora.....	988
8.1.4. Penhora de imóveis e veículos automotores.....	989
8.1.5. Penhora em outra cidade .....	989
8.1.6. Alienação antecipada dos bens .....	989
8.1.7. Penhora em execução provisória .....	990
8.2. Bens impenhoráveis .....	990
8.2.1. Possibilidade de penhora dos salários.....	992
8.2.1.1. Impossibilidade de penhora dos salários e aposentadoria quando o devedor recebe um salário-mínimo.....	995
9. Expropriação dos bens do devedor.....	1000
9.1. Remição .....	1000
9.2. Adjudicação.....	1001
9.3. Alienação por hasta pública .....	1001
9.3.1. Arrematação .....	1002
<b>8 EMBARGOS DE TERCEIRO – Treinamento.....</b>	<b>1003</b>
1. Conceito.....	1003
2. Prazo para Propor Embargos de Terceiro na Execução .....	1003
3. Pedido nos Embargos de Terceiro.....	1004
3.1. Liminar nos Embargos de Terceiro .....	1004
3.2. Suspensão do Processo Principal .....	1004
3.3. Honorários de Sucumbência.....	1005